ISSN: 2594-6153

Custos Ocultos da Judicialização da Saúde: Um Estudo sobre as Consequências Econômica-familiar e Emocionais nas Famílias

Taynara Sousa Gomes, Camila de Souza Primo, Patricia Gorisch

Programa de Pós-graduação em Direito das Famílias e Sucessões - Universidade Santa Cecília –Santos SP- Brasil

E-mail: taynarasg@msn.com

Resumo: A judicialização da saúde é um fenômeno crescente no Brasil, onde muitas famílias recorrem ao judiciário para garantir acesso a tratamentos e medicamentos essenciais. No entanto, esse processo pode acarretar uma série de custos ocultos que afetam tanto a economia familiar quanto a saúde emocional dos envolvidos. O objetivo geral deste estudo é analisar as consequências econômicas e emocionais da judicialização da saúde para as famílias, focando nos custos financeiros, no desgaste emocional e nas implicações familiares decorrentes do processo judicial. Entre os objetivos específicos, destacam-se: identificar os custos diretos e indiretos, como honorários advocatícios, custas processuais e perda de renda, enfrentados pelas famílias que judicializam questões de saúde; examinar o impacto do tempo de duração dos processos judiciais de saúde na vida cotidiana das famílias, considerando a perda de tempo e recursos; investigar os efeitos emocionais e psicológicos, como estresse, ansiedade e desgaste emocional, nos membros da família durante a judicialização da saúde; avaliar como a incerteza e a imprevisibilidade dos resultados dos processos judiciais afetam a estabilidade emocional e a dinâmica familiar; e propor recomendações para políticas públicas e reformas legislativas que possam reduzir os custos econômicos e emocionais associados à judicialização da saúde, promovendo um sistema mais eficiente e justo. Este estudo visa fornecer uma análise detalhada e abrangente dos custos ocultos da judicialização da saúde, abordando tanto os aspectos econômicos quanto emocionais. Ao compreender esses impactos, espera-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e reformas legislativas que mitiguem os efeitos negativos sobre as famílias, promovendo um sistema de saúde e judiciário mais eficiente e justo. Este estudo empregará uma abordagem qualitativa, utilizando revisão de literatura e análise de documentos para explorar os impactos econômicos e emocionais da judicialização da saúde. Dados secundários serão coletados a partir de casos jurídicos existentes, artigos acadêmicos e relatórios sobre judicialização da saúde para identificar padrões e tendências. O estudo também analisará documentos de políticas e textos legislativos para entender o quadro jurídico atual e propor possíveis reformas. Através desta análise abrangente, o estudo visa fornecer uma compreensão detalhada e minuciosa dos custos ocultos da judicialização da saúde, abordando tanto os aspectos econômicos quanto emocionais. Ao compreender esses impactos, espera-se que o estudo contribua para o desenvolvimento de políticas públicas e reformas legislativas que mitiguem os efeitos negativos sobre as famílias, promovendo um sistema de saúde e judiciário mais eficiente e justo.

Palavras-chave: judicialização da saúde; custos econômicos; impacto emocional; dinâmica familiar; políticas públicas.

ISSN: 2594-6153

Hidden Costs of Health Judicialization: A Study on the Economic-Familial and Emotional Consequences for Families

Abstract: The judicialization of health is a growing phenomenon in Brazil, where many families turn to the judiciary to secure access to essential treatments and medications. However, this process can entail a series of hidden costs that affect both the family economy and the emotional health of those involved. The overall objective of this study is to analyze the economic and emotional consequences of health judicialization for families, focusing on financial costs, emotional strain, and familial implications arising from the judicial process. Among the specific objectives are: identifying the direct and indirect costs, such as legal fees, court costs, and loss of income faced by families that judicialize health issues; examining the impact of the duration of health judicial processes on the daily lives of families, considering the loss of time and resources; investigating the emotional and psychological effects, such as stress, anxiety, and emotional strain, on family members during health judicialization; evaluating how the uncertainty and unpredictability of judicial outcomes affect the emotional stability and family dynamics; and proposing recommendations for public policies and legislative reforms that can reduce the economic and emotional costs associated with health judicialization, promoting a more efficient and just system. To what extent does the judicialization of health influence family members' perceptions of the effectiveness of the health system and the judiciary, and what are the emotional consequences of these perceptions? This study will employ a qualitative approach, utilizing literature review and document analysis to explore the economic and emotional impacts of health judicialization. Secondary data will be gathered from existing legal cases, academic articles, and reports on health judicialization to identify patterns and trends. The study will also analyze policy documents and legislative texts to understand the current legal framework and propose potential reforms. Through this comprehensive analysis, the study aims to provide a detailed and thorough understanding of the hidden costs of health judicialization, addressing both economic and emotional aspects. By understanding these impacts, the study hopes to contribute to the development of public policies and legislative reforms that mitigate the negative effects on families, promoting a more efficient and just health and judicial system.

Keywords: health judicialization; economic costs; emotional impact; family dynamics; public policies.

Introdução

A judicialização da saúde tem sido um fenômeno crescente no Brasil, caracterizado pelo aumento de demandas judiciais para garantir o acesso a tratamentos médicos, medicamentos e procedimentos não cobertos de forma regular pelo sistema público ou privado de saúde. Este movimento, embora essencial para a garantia de direitos fundamentais, carrega consigo uma série de implicações que vão além das questões legais e financeiras diretamente observáveis. Os custos ocultos, especialmente aqueles relacionados ao impacto econômico, emocional e familiar, são frequentemente subestimados e pouco explorados na literatura existente [1].

ISSN: 2594-6153

Este artigo busca lançar luz sobre essas consequências menos visíveis da judicialização da saúde, propondo uma análise de como as famílias são afetadas não só financeiramente, mas também em sua dinâmica e saúde emocional. Ao entender essas dimensões, podemos começar a avaliar a verdadeira extensão dos custos que a judicialização da saúde impõe às famílias brasileiras, proporcionando uma base mais sólida para políticas públicas mais eficazes e compassivas [1,2].

Objetivos

O presente estudo tem como objetivos propor recomendações para políticas públicas e reformas legislativas que possam reduzir os custos econômicos e emocionais associados à judicialização da saúde, promovendo um sistema mais eficiente e justo; Identificar possíveis mudanças na legislação que acelerem o processo judicial e reduzam os custos para as famílias; propor mecanismos para aumentar a transparência, a comunicação e a previsibilidade nos processos judiciais de saúde; identificar os custos diretos e indiretos, como honorários advocatícios, custas processuais e perda de renda, enfrentados pelas famílias que judicializam questões de saúde; analisar as despesas específicas relacionadas ao processo judicial e avaliar a carga financeira total sobre as famílias, incluindo perda de renda e outros custos indiretos.

Metodologia

Este estudo adota uma metodologia qualitativa e exploratória para investigar os custos ocultos da judicialização da saúde em São Paulo, apoiando-se em três fontes principais de dados. Inicialmente, foi realizada uma revisão abrangente dos dados do Painel de Estatísticas Processuais de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), focada em identificar tendências e volumes de litígios na área da saúde. Posteriormente, a análise de conteúdo de notícias recentes e casos judiciais relevantes proporcionou uma visão mais profunda das narrativas predominantes e dos discursos sobre o tema.

A pesquisa também incluiu a consulta de processos no site do Tribunal de Justiça de São Paulo, escolhendo casos que exemplificam os impactos econômicos, emocionais e familiares da judicialização. As diferentes etapas deste estudo permitiram uma análise contextualizada e detalhada, enriquecendo a discussão sobre como esses processos afetam as famílias envolvidas em São Paulo, destacando a complexidade e as múltiplas dimensões desses custos ocultos.

Resultados

ISSN: 2594-6153

O exame dos processos judiciais relacionados à saúde em 2023 revelou um volume significativo de litígios, destacando a intensa demanda por serviços de saúde que são frequentemente negados ou inadequados. De acordo com o Painel de Estatísticas Processuais de Direito da Saúde do CNJ, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo [3] julgou 37.900 processos contra a rede de saúde suplementar e 23.220 contra a saúde pública. Notadamente, 10.980 destes processos foram iniciados para o fornecimento de medicamentos e 6.900 para tratamento médico hospitalar.

A duração média dos processos revela uma espera desgastante para os pacientes e suas famílias: aproximadamente 389 dias para a obtenção de medicamentos e 376 dias para tratamentos médicos hospitalares. A concessão de tutelas de urgência, apesar de prover um alívio temporário, não elimina a incerteza sobre o desfecho final, o que prolonga o estado de ansiedade e estresse emocional nas famílias envolvidas. Esse prolongamento da incerteza não apenas desestabiliza as estruturas familiares, como também amplifica os custos emocionais associados à judicialização da saúde, revelando os profundos impactos psicológicos e sociais desse fenômeno.

Outro aspecto da judicialização da saúde no Brasil é o seu impacto orçamentário significativo nos municípios. De acordo com uma reportagem recente da Folha de S. Paulo (2024) [2], entre 30 a 100% dos orçamentos destinados à saúde em mais de 250 cidades brasileiras foram consumidos por despesas judiciais. Este dado sublinha a magnitude do problema e destaca a necessidade urgente de abordagens estratégicas para mitigar esses efeitos.

A alocação de uma parcela tão substancial dos fundos de saúde para cumprir ordens judiciais não só compromete a capacidade dos municípios de atender outras demandas médicas essenciais, mas também revela um dos muitos "custos ocultos" associados à judicialização. Além do impacto financeiro direto, esses custos indiretos podem incluir o agravamento de condições de saúde devido a atrasos no tratamento e aumento do estresse e da ansiedade entre os pacientes e suas famílias, que frequentemente dependem da resolução judicial para receber tratamentos essenciais.

Este cenário é especialmente preocupante quando consideramos que os recursos desviados poderiam ser empregados em melhorias de infraestrutura, prevenção de doenças e programas de saúde pública, que beneficiariam uma população muito maior. Portanto, a matéria da Folha não apenas reforça a relevância do estudo sobre as implicações da judicialização, mas também aponta para a necessidade de uma análise

ISSN: 2594-6153

cuidadosa sobre como os recursos estão sendo alocados e as consequências dessa alocação para a saúde pública.

Ao examinar esses impactos, este artigo busca contribuir para o debate sobre políticas de saúde mais equitativas e eficazes, que possam atender às necessidades dos cidadãos sem comprometer os recursos municipais de maneira tão drástica.

Conclusões

A judicialização da saúde no Brasil, essencial para muitas famílias que buscam tratamentos médicos adequados, evidencia falhas críticas no sistema de saúde, exacerbadas pela lentidão judicial, altos custos processuais e estresse emocional, que afetam tanto os pacientes quanto suas famílias. Problemas como a negação de tratamentos, a falta de leitos hospitalares e a necessidade de medicamentos caros refletem a ineficiência do sistema em garantir direitos básicos previstos na Constituição. Para reduzir tais desafios, é vital fortalecer o sistema de saúde com políticas públicas e agilizar os processos judiciais, aliviando o ônus emocional e financeiro dos envolvidos. Este artigo sugere uma reflexão sobre a necessidade de um sistema de saúde mais acessível e eficaz, que cumpra suas obrigações legais e assegure a dignidade e o bem-estar dos pacientes. Explorando os custos ocultos da judicialização, o estudo destaca a necessidade urgente de reformas no sistema de saúde e no judiciário brasileiro, apontando para a importância de compreender as amplas implicações econômicas, familiares e emocionais desses processos, incentivando mudanças que melhorem o acesso e a qualidade da saúde no país.

Referências

1. Painel de Estatísticas Processuais de Direito da Saúde do CNJ. Disponível em: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=a6dfbee4-bcad-4861-98ea-4b5183e29247&sheet=87ff247a-22e0-4a66-ae83-24fa5d92175a&opt=ctxmenu,currsel. Acesso em: [04/07/2024].

2. Folha de S. Paulo. Judicialização consumiu de 30 a 100% da verba da saúde em mais de 250 cidades brasileiras [Internet]. 2024 maio 2 [citado 2024 [04/07/2024]]; [cerca de 1 tela]. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/05/judicializacao-consumiu-de-30-a-100-da-verba-da-saude-em-mais-de-250-cidades-brasileiras.shtml?origin=folha.

3. Tribunal de Justiça de São Paulo - Consulta Processual. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do. Acesso em: [12/08/2024].